ANÁLISE DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA DE 2019 E A SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL À LUZ DA TEORIA DO ESTADO DE EXCEÇÃO DE GIORGIO AGAMBEN: AVANÇOS, RETROCESSOS E O PAPEL DO ESTADO NA PROTEÇÃO SOCIAL

ANALYSIS OF THE 2019 PENSION REFORM AND SOCIAL SECURITY IN BRAZIL IN LIGHT OF GIORGIO AGAMBEN'S THEORY OF THE STATE OF EXCEPTION: ADVANCES, SETBACKS AND THE ROLE OF THE STATE IN SOCIAL PROTECTION

Adelson Luis Ribeiro Ferreira*

RESUMO

A reforma da previdência social aprovada no Brasil em 2019 foi uma mudança estrutural nas políticas de proteção social. Entre seus principais objetivos, o governo federal destacou a necessidade de equilibrar as contas públicas e garantir a sustentabilidade financeira do sistema previdenciário. O objetivo da presente pesquisa foi analisar de forma crítica a reforma previdenciária brasileira de 2019 e os seus impactos sobre a seguridade social à luz da Teoria do Estado de Exceção do filósofo italiano Giorgio Agamben. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo revisão bibliográfica, pautando-se em estudos científicos nacionais e estrangeiros. A reforma previdenciária de 2019 restringiu os direitos sociais, impactou trabalhadores de menor renda e grupos vulneráveis. À luz da Teoria do Estado de Exceção de Agamben, em nome de interesses fiscais, a medida compromete a universalidade da seguridade social. Essa reforma não apenas reconfigurou o sistema previdenciário, mas também revelou fragilidades na proteção social, acentuando a urgência de políticas públicas que garantam a efetivação do princípio da proteção social consagrado na Constituição de 1988.

Palavras-chave: Reforma Previdenciária. Seguridade Social. Estado de Exceção. Fragilização dos Direitos Sociais.

* Especialista em Direito da Previdência Social, Docência do Ensino Superior e Docência Jurídica pela Faculdade Iguaçu; Graduado em Direito pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF/MA - adelsonlrf@hotmail.com

ABSTRACT

The social security reform approved in Brazil in 2019 represented a structural change in social protection policies. Among its main objectives, the federal government highlighted the need to balance public accounts and ensure the financial sustainability of the pension system. The objective of this research was to critically analyze the 2019 Brazilian pension reform and its impacts on social security in light of Italian philosopher Giorgio Agamben's State of Exception Theory. This is a qualitative, literature review, based on national and international scientific studies. The 2019 pension reform restricted social rights and impacted low-income workers and vulnerable groups. In light of Agamben's State of Exception Theory, in the name of fiscal interests, the measure undermines the universality of social security. This reform not only reconfigured the social security system, but also revealed weaknesses in social protection, highlighting the urgency of public policies that guarantee the implementation of the principle of social protection enshrined in the 1988 Constitution.

Keywords: Pension Reform. Social Security. State of Exception. Weakening of Social Rights.

INTRODUÇÃO

A reforma previdenciária, segundo o Professor e Magistrado Sergio Pinto Martins, é compreendida como um conjunto de modificações destinadas a harmonizar a proteção social com a sustentabilidade financeira do sistema previdenciário, garantindo, ao mesmo tempo, o respeito aos direitos dos trabalhadores (MARTINS, 2020). No Brasil, a mais recente foi aprovada em 2019 por meio da Emenda Constitucional nº 103, sendo considerada uma das maiores alterações desde a Constituição de 1988 (Brasil, 1988; Brasil, 2019). Essa reforma estabeleceu idade mínima para aposentadoria (62 anos para mulheres e 65 para homens), aumentou o tempo mínimo de contribuição, reduziu o valor de alguns benefícios e criou regras de transição para quem já estava no mercado de trabalho (NUNES, 2019).

O principal argumento utilizado pelo governo para sua aprovação foi a necessidade de equilibrar as contas públicas e garantir a sustentabilidade do sistema diante do envelhecimento da população e do déficit previdenciário. A reforma trouxe impactos desiguais, atingindo os trabalhadores de baixa renda, os informais e as

mulheres, que enfrentam dificuldade em cumprir os novos requisitos (BITTENCOURT, 2015).

Diante desses aspectos, as questões problemas que pautaram o estudo foram: a reforma previdenciária de 2019 representou um avanço ou um retrocesso na efetivação dos direitos sociais no Brasil? De que forma a teoria do Estado de Exceção de Giorgio Agamben contribui para a compreensão das motivações e dos impactos dessa reforma sobre a seguridade social? Qual é o papel do Estado na preservação e efetivação da seguridade social em contextos marcados por medidas de exceção?

A escolha por realizar esta pesquisa justifica-se pela relevância social e acadêmica do tema, visto que a referida alterou o sistema de seguridade social brasileiro, impactando milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Essas mudanças geram questionamentos sobre a efetivação dos direitos sociais e o papel do Estado na proteção dos cidadãos. Analisar a reforma à luz da teoria do Estado de Exceção de Giorgio Agamben permite compreender como as medidas podem representar a suspensão ou a relativização de direitos em nome da preservação do equilíbrio econômico.

Trata-se de abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, documental e comparativa, orientada por pressupostos críticos do Direito e das Ciências Sociais. O estudo fundamenta-se em autores clássicos e contemporâneos que discutem a seguridade social, o papel do Estado e a teoria do Estado de Exceção. O objetivo geral da pesquisa foi analisar de forma crítica a reforma previdenciária brasileira de 2019 e o seus impactos sobre a seguridade social à luz da Teoria do Estado de Exceção do filósofo italiano Giorgio Agamben.

A REFORMA PREVIDENCIÁRIA DE 2019 EM PERSPECTIVA HISTÓRICA, TEÓRICA, SOCIAL E JURÍDICA

Este capítulo teve como objetivo analisar a reforma previdenciária de 2019 em suas dimensões histórica, teórica, social e jurídica, destacando seus impactos sobre a seguridade social e os fundamentos constitucionais da proteção social. A partir da Teoria do Estado de Exceção de Giorgio Agamben, interpreta-se a Emenda

Constitucional (EC) nº 103/2019 como expressão de uma racionalidade neoliberal que prioriza o ajuste fiscal em detrimento da solidariedade.

Foram examinadas as mudanças realizadas nos modelos de aposentadoria e seus efeitos para os segurados. Desse modo, foi possível desenvolver uma visão crítica sobre os avanços, retrocessos e desafios do sistema previdenciário brasileiro, com base na mencionada reforma.

História da Previdência Social no Mundo e no Brasil

A Previdência Social é um seguro coletivo, de caráter contributivo e obrigatório, que pode ser planejado, assegura a reposição da renda do segurado em caso de perda da capacidade laborativa. Seu objetivo é oferecer proteção ampla aos indivíduos da sociedade frente a diferentes riscos sociais, como a velhice, garantindo, dessa forma, condições dignas de vida aos trabalhadores aposentados (NUNES, 2019).

O professor Fábio Zambitte Ibrahim, afirma que:

> A previdência social é tradicionalmente definida como seguro sui generis, pois é de filiação compulsória para os regimes básicos (RGPS e RPPS), além de coletivo, contributivo e de organização estatal, amparando seus beneficiários contra os chamados riscos sociais. (Ibrahim, 2015, p, 27).

No contexto da Constituição Federal de 1988, a Previdência Social cumpre uma função social essencial, voltada à promoção do bem comum e à construção de uma sociedade mais justa, livre e solidária (BRASIL, 1988). Nesse sentido, a aposentadoria por idade representa um merecido período de descanso após anos de trabalho e de contribuição para o desenvolvimento e cooperação social (NUNES, 2019).

SILVA (2022) menciona que a previdência social surgiu no século XIX como política pública voltada à proteção contra riscos sociais, como velhice, invalidez e morte. Seu desenvolvimento ocorreu no contexto da consolidação dos Estados-nação e da Revolução Industrial, período marcado por intensas transformações sociais e

econômicas. O marco inicial é atribuído à Alemanha, sob o governo de Otto Von Bismarck, que em 1883 instituiu o primeiro sistema previdenciário estatal.

Segundo Silva (2022), a referida iniciativa buscava conter o avanço do socialismo e reduzir tensões sociais resultantes da industrialização. O modelo bismarckiano foi estruturado a partir de contribuições do trabalhador, do empregador e do Estado. Inicialmente, destinava-se sobretudo à classe trabalhadora urbana.

Ao longo do século XX, a previdência social expandiu-se por diversos países europeus, sendo parte do Estado de bem-estar social, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial (FRAGA, 2021). O Relatório Beveridge (1942) na Inglaterra foi um divisor de águas, ao propor um sistema universal de seguridade social baseado na cidadania e financiado por impostos, consolidando o modelo universalista britânico. Nos Estados Unidos, a criação do *Social Security Act* em 1935 instituiu uma rede de proteção básica contra a pobreza na velhice (BRAGA, 2017).

No Brasil, a previdência social começou fragmentada, ligada a categorias profissionais específicas por meio das Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs). A partir de 1930, o sistema foi centralizado com os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), voltados à classe trabalhadora urbana formal. Em 1966, os IAPs foram unificados no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) para racionalizar a gestão e ampliar a cobertura (ALMEIDA, 2018).

A Constituição Federal de 1988[2] foi um marco na história da seguridade social brasileira, ao instituir o sistema integrado que compreende a saúde, a assistência social e a previdência social. Inspirado no modelo europeu de Estado de bem-estar social, garantiu a universalidade da cobertura, a equidade no financiamento e a solidariedade como princípios fundamentais. A criação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)[3] visava garantir um mínimo de proteção a todos os trabalhadores, urbanos e rurais, formais e informais.

[2] A Seguridade Social é tratada na Constituição Federal/1988 no Capítulo II da seguridade social (Arts. 194 a 204).
[3] O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) foi instituído pela Lei nº 8.213/1991, que trata sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.

A partir dos anos 1990, o Brasil passou a adotar reformas de caráter restritivo, influenciadas por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Silva (2022) cita que essas reformas buscaram reduzir os custos do sistema, aumentar a idade mínima, restringir o acesso aos benefícios e, em alguns casos, promover a capitalização individual, como a Emenda Constitucional nº 20 de 2003 (EC nº 41), que culminou na reforma de 2019 (EC nº 103), objeto central deste estudo.

Assim, a trajetória da previdência social no Brasil evidencia as constantes tensões entre a construção de um modelo de proteção social universalista e as pressões por medidas de ajuste fiscal e contenção de gastos públicos. Ao longo de sua história, as reformas previdenciárias demonstram o desafio de conciliar direitos sociais garantidos constitucionalmente com a sustentabilidade financeira do sistema.

Na próxima seção, será abordada a dimensão social e jurídica da EC nº 103/2019, destacando seus impactos sobre os segurados e sobre o papel do Estado na efetivação da seguridade social.

Análise Teórica, Social e Jurídica da EC-103/2019

A análise da reforma previdenciária de 2019 exige uma abordagem integrada que contemple suas dimensões teóricas, sociais e jurídicas, permitindo compreender o papel do Estado na proteção social e a evolução dos direitos previdenciários no Brasil. A teoria do Estado de Exceção de Giorgio Agamben (2004) é fundamental para interpretar como governos modernos podem operar fora dos limites legais sob a justificativa de crises permanentes.

Foucault (2008) apresenta a biopolítica como um modelo de governamentalidade que regula a vida e a morte da população, oferece ferramentas para entender a reforma como expressão de um poder voltado à administração da escassez do que à garantia de direitos. Harvey (2005) contextualiza essas medidas dentro de um processo de consolidação do neoliberalismo, no qual o Estado deixa de atuar como garantidor de direitos sociais e passa a priorizar disciplina fiscal, competitividade e controle dos gastos públicos.

Nesse sentido, a EC nº 103/2019 insere-se em uma lógica de transição, em que o equilíbrio econômico se sobrepõe à justiça social, e políticas públicas são moldadas por interesses corporativos, pressões de organismos multilaterais e agências de *rating*. No Brasil, o discurso de "modernização" da previdência foi sustentado por uma retórica de crise, mesmo diante da ausência de um diagnóstico técnico sobre o suposto colapso do sistema.

A reforma transferiu progressivamente responsabilidades sociais para o indivíduo, flexibilizou a solidariedade intergeracional e favoreceu mecanismos de capitalização individual, beneficiando o setor financeiro. Esse processo ocorreu em um ambiente de tecnocratização e despolitização do debate público. Assim, na perspectiva de Agamben, foi uma normalização do estado de exceção, em que normas constitucionais são suspensas e cortes de direitos passaram a ser políticas habituais.

Desse modo, foram ampliando-se as desigualdades e vulnerabiliza trabalhadores informais, rurais e mulheres, sendo um cenário crítico para a seguridade social. Santos (2001), Souza (2015) e Machado (2019) criticam essas transformações por enfraquecerem os princípios de universalidade e solidariedade previstos na Constituição de 1988. As alterações em idade mínima, tempo de contribuição e cálculo de benefícios impuseram condições para o acesso à aposentadoria, afetando os grupos vulneráveis.

Martins (2019) ressalta a necessidade de considerar a função social da previdência, enquanto Fattorelli (2020) e Fagnani (2021) questionam os dados que sustentaram a urgência da reforma. Eles apontam distorções na contabilização do déficit previdenciário, evidenciando a priorização do pagamento da dívida pública em detrimento da proteção social.

Do ponto de vista jurídico, Lenza (2022) e Moraes (2022) destacam que, apesar da legalidade formal da EC nº 103/2019, há dúvidas quanto à sua legitimidade material. A falta de debate amplo com a sociedade civil torna controversa a aplicação de medidas que impactam de forma desigual os segurados. Piovesan (2018), Campagnucci (2020) e Avritzer (2022) reforçam que reformas estruturais devem respeitar a democracia e a proteção dos direitos sociais. Eles ressaltam que a

efetivação de políticas previdenciárias exige equilíbrio entre sustentabilidade fiscal e justiça social.

A reforma, ao priorizar a eficiência econômica sobre a solidariedade intergeracional, evidencia a captura das estruturas estatais por interesses financeiros. Esse modelo desloca o papel do Estado, sendo assim um gestor da escassez e da insegurança social, conforme aponta Harvey (2005).

Agamben (2004) alerta que a normalização do estado de exceção fragiliza direitos fundamentais, as medidas de austeridade foram parte da rotina governamental, enquanto Foucault (2008) complementa ao mostrar que o controle biopolítico regula a vida social, afeta as condições de existência dos trabalhadores vulneráveis.

A teoria do estado de exceção de Giorgio Agamben e sua conexão com a seguridade social

A análise da reforma da previdência de 2019 no Brasil demonstra uma interseção inquietante com as considerações de Giorgio Agamben a respeito do estado de exceção. Com base em sua teoria, nota-se que a reforma, ao implementar medidas voltadas para a contenção de despesas e ajustes fiscais, pode ser vista como um reflexo dessa lógica de governança que prioriza a excepcionalidade em vez dos direitos sociais garantidos.

Agamben, discorre o seguinte sobre sua teoria:

> Diante do incessante avanço do que foi definido como uma "guerra civil mundial", o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante na política contemporânea. Esse deslocamento de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo ameaça transformar radicalmente – e, de fato, já transformou de modo muito perceptível – a estrutura e o sentido da distinção tradicional entre os diversos tipos de constituição. O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo. (Agamben, 2004, p. 13).

Logo, a reforma aprovada sob o prisma da contenção de gastos, ao invés de uma esfera sólida de proteção social, indica que o estado de exceção não é apenas um acontecimento isolado, mas uma estratégia de governança que atravessa as

políticas públicas atuais. Essa estratégia ameaça a estrutura democrática, pois as ações tomadas sob a justificativa de urgência e necessidade podem comprometer os direitos dos cidadãos e, como resultado, enfraquecer o tecido social. (AGAMBEN, 2004)

No âmbito da seguridade social, as mudanças advindas a partir da EC 103/2019 ocasionaram redução dos direitos dos trabalhadores, agravamento das condições de vida (dos seus segurados, dos beneficiários), deterioração das garantias sociais: o que comprometeu a função protetiva do Estado e, por conseguinte, a dignidade dos trabalhadores (MARTINS, 2020).

Assim, a presente pesquisa demonstra como a teoria de Agamben serve como uma ferramenta crítica para analisar a transformação do estado de exceção em norma e suas implicações para a estrutura da seguridade social.

Avanços, retrocessos e o papel do Estado na proteção social pós-reforma de 2019

A Emenda Constitucional nº 103/2019 promoveu alterações estruturais no sistema previdenciário brasileiro, sendo apresentada como uma medida necessária para a sustentabilidade financeira do regime. Entre os avanços, destacam-se a uniformização das regras entre os diferentes regimes de previdência, o estímulo ao planejamento previdenciário individual e a tentativa de conter o crescimento acelerado das despesas públicas, buscando o equilíbrio fiscal das contas governamentais (FONTANEZI; FROTA, 2025).

Apesar dos avanços apontados, os retrocessos se mostraram expressivos e impactaram a população de baixa renda e os trabalhadores com vínculos laborais precários. O aumento da idade mínima para aposentadoria, a extensão do tempo de contribuição e a modificação das fórmulas de cálculo dos benefícios resultaram em redução dos valores percebidos pelos segurados, comprometendo a função redistributiva do sistema previdenciário (SERAFIN, 2021).

Antes da reforma, os trabalhadores podiam se aposentar por tempo de contribuição: 30 anos para mulheres e 35 anos para homens, sem a exigência de idade mínima, aplicando-se o fator previdenciário. A aposentadoria por idade exigia

60 anos para mulheres e 65 anos para homens, com carência mínima de 180 contribuições. Após a reforma, a aposentadoria por tempo de contribuição deixou de existir, passando a regra geral a exigir idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, além de pelo menos 15 anos de contribuição para mulheres e 20 anos para homens (BRASIL, 2019).

O cálculo do benefício foi alterado: anteriormente, considerava-se a média dos 80% maiores salários de contribuição, enquanto atualmente considera-se a média de 100% dos salários, aplicando-se um coeficiente inicial de 60% para 20 anos de contribuição nos homens e 15 anos nas mulheres, acrescido de 2% por ano adicional. Essa mudança resultou em diminuição do valor das aposentadorias (BRASIL, 2019).

Amaral *et al.* (2019) afirmam que grande parte dos trabalhadores permanece por mais tempo no mercado, muitas vezes em condições de saúde precárias e jornadas desgastantes. Mulheres, trabalhadores rurais e populações vulneráveis foram desproporcionalmente afetados, aumentando a insegurança financeira na velhice e reduzindo a capacidade do Estado de garantir proteção social plena. Desse modo:

> A principal justificativa para a manutenção da diferença na idade mínima para aposentadoria, em favor das mulheres, permeia o debate previdenciário há décadas: essa diferença refletiria a valorização do trabalho reprodutivo (trabalho não remunerado ligado à reprodução social), que acabaria por acarretar um excedente de trabalho feminino em relação ao masculino. Outro argumento, igualmente recorrente, apoia-se nas condições do mercado de trabalho, em geral desfavoráveis às mulheres (Amaral *et al.,* 2019, p. 8).

A lógica à reforma evidencia uma transformação do caráter da previdência: de direito social para serviço contributivo. O acesso aos benefícios passou a depender da capacidade contínua de contribuição do segurado, ignorando as múltiplas formas de exclusão estrutural presentes no mercado de trabalho, marcado por alta informalidade e instabilidade (AMARAL *et al.*, 2019).

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam que, até setembro de 2024, 38,8% da população ocupada atuava na informalidade, totalizando quase 40 milhões de trabalhadores sem vínculos formais. Esse cenário evidencia as

limitações de um modelo previdenciário orientado somente por critérios de contribuição contínua (BRASIL, 2024).

Nesse contexto, o papel do Estado enquanto garantidor do direito à proteção social é enfraquecido, assumindo funções de gestor de escassez e priorizando a eficiência fiscal sobre a universalidade do acesso. Os direitos sociais passam a ser tratados como exceções condicionadas, conforme a análise de Agamben sobre a normalização do estado de exceção, em que garantias fundamentais são subordinadas a restrições econômicas e burocráticas (ARAÚJO, 2023).

Araújo (2023) menciona que a reforma evidencia uma desconexão entre o princípio constitucional da seguridade social e a realidade prática dos segurados. O modelo implementado prioriza critérios financeiros e atua como mecanismo de exclusão, marginalizando trabalhadores informais, mulheres e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, comprometendo o caráter universal e solidário do sistema previdenciário.

O aprofundamento da desigualdade social decorre da redução do valor dos benefícios e do prolongamento do tempo de trabalho necessário para a aposentadoria. Trabalhadores com salários mais baixos e trajetórias irregulares sofrem perdas proporcionais maiores, ampliando a concentração de renda e reduzindo a função redistributiva que deveria ser assegurada pelo Estado.

O papel do Estado na proteção social pós-reforma passa a ser de gestor restritivo, com menor capacidade de garantir a dignidade humana e a justiça social. A segurança previdenciária, antes entendida como direito universal, torna-se dependente da condição econômica e da estabilidade do vínculo laboral do indivíduo (ARAÚJO, 2023).

A EC nº 103/2019, ao invés de fortalecer a proteção social, foi um modelo excludente e seletivo de previdência, aprofundando desigualdades e fragilizando o sistema de seguridade social. Essa reconfiguração evidencia a necessidade de retomar o debate público sobre previdência com base nos princípios da universalidade, equidade e solidariedade.

Desse modo, é necessário que futuras reformas ou políticas públicas considerem não apenas a sustentabilidade financeira, mas também a função social do sistema previdenciário. Devendo buscar equilíbrio entre gestão eficiente e garantia de direitos, especialmente para grupos historicamente vulneráveis, assegurando o papel do Estado como promotor de justiça social e proteção social efetiva.

CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi analisar de forma crítica a reforma previdenciária de 2019 no Brasil e seus impactos sobre a seguridade social, considerando a perspectiva teórica do Estado de Exceção de Giorgio Agamben. Buscou-se compreender de que forma as mudanças legais afetaram os direitos sociais, a proteção de grupos vulneráveis e a função redistributiva do sistema previdenciário.

Os resultados indicam que a reforma provocou alterações estruturais no regime previdenciário, priorizando a sustentabilidade financeira do Estado em detrimento da universalidade e da equidade no acesso aos benefícios. Essa orientação reduziu o caráter social da previdência, transformando-a em um mecanismo restritivo e seletivo.

Observou-se que os principais retrocessos se referem ao aumento da idade mínima para aposentadoria, à ampliação do tempo de contribuição exigido e à redução do valor dos benefícios. Tais mudanças afetaram de maneira desproporcional trabalhadores de baixa renda, populações rurais e grupos vulneráveis, evidenciando a fragilidade da proteção social pós-reforma.

A análise sob a perspectiva do Estado de Exceção de Agamben permitiu identificar que a reforma condiciona os direitos sociais à capacidade contributiva contínua do segurado, suspendendo o princípio da universalidade. O Estado assume, nesse cenário, um papel gestor da escassez, no qual o acesso à proteção social passa a depender de critérios de eficiência fiscal.

Apesar de algumas medidas apresentadas como avanços: a uniformização das regras previdenciárias e a tentativa de planejar a sustentabilidade financeira do

sistema, os efeitos sociais negativos evidenciam que tais avanços são limitados diante dos retrocessos impostos à população mais vulnerável. A reforma aprofundou desigualdades históricas no mercado de trabalho, marcado por elevada informalidade e instabilidade laboral. Muitos trabalhadores foram obrigados a permanecer por mais tempo na atividade laboral, mesmo em condições inadequadas, comprometendo sua qualidade de vida e segurança financeira na velhice.

Em relação ao enfraquecimento do papel do Estado como garantidor de direitos fundamentais, ao priorizar a gestão fiscal sobre a proteção social, o Estado atua de forma seletiva, impondo limites e restrições que contrariam o espírito da Constituição Federal de 1988, que estabelece a seguridade social como direito universal.

A reforma exige uma reflexão sobre a função da previdência como instrumento de justiça social e redistribuição de renda. As medidas adotadas expõem a tensão entre o equilíbrio fiscal e a manutenção de políticas de proteção social inclusivas e solidárias.

De modo geral, a análise demonstrou que a reforma previdenciária de 2019 representa um modelo excludente de proteção social, no qual a lógica contributiva e fiscal se sobrepõe à função social da seguridade. As mudanças evidenciam a necessidade de um debate público contínuo sobre os princípios da universalidade, equidade e solidariedade no sistema previdenciário.

Recomenda-se que pesquisas futuras explorem impactos específicos da reforma em diferentes grupos sociais, como trabalhadores informais, rurais e mulheres. Além de investigar estratégias alternativas para fortalecer a seguridade social, conciliando sustentabilidade financeira com justiça social e proteção aos mais vulneráveis.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALMEIDA, Laanne Versiani Domingues de. **Relações de trabalho e previdência social no Brasil:** dinâmicas e interseções (1900-2002). 2018.Disponível em: https://repositorio.unimontes.br/jspui/handle/1/1286 Acesso em: 30 jun. 2025.

AMARAL, Aline Diniz.; ANSILIERO, Graziela; PAIVA, Luis Henrique; SIDONE, Otávio José Guerci; COSTANZI, Rogério Nagamine. **A questão de gênero na idade para a aposentadoria no Brasil:** elementos para o debate. Texto para Discussão, 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/f5fd251d-4955-4706-a334-088cc31e823c/contentAcesso em: 28 jun. 2025.

ARAÚJO, Antônio José de Carvalho. **A proibição de retrocesso social como instrumento de proteção dos direitos sociais em tempos de austeridade fiscal**. 2024. 151 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito de Alagoas, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/13290 Acesso em: 25 jun. 2025.

AVRITZER, Leonardo. **Democracia e os três poderes**. São Paulo: Todavia, 2022.

BITTENCOURT, Kelly Francine da Costa. **O Futuro da previdência social no Brasil frente às privatizações na América Latina.** Santa Cruz do Sul, 2015. Disponível em: https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/932/1/Kelly%20Francine%20da%20Costa%20Bittencourt.pdf Acesso em: 25 jun. 2025.

BRAGA, Karina Costa. **A (in) efetivação da proteção social enquanto direito fundamental social:** repercussão em face dos casos de microcefalia. Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/20896/2/Karina%20Costa%20Braga.pdf Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103**, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm#art11. Acesso em: 30 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 30 jun. 2025.

CAMPAGNUCCI, Fernanda. **Transparência e Controle Social**. Revista de Administração Pública, 2020.

FAGNANI, Eduardo. **Previdência: reformar para excluir?**. São Paulo: Perseu Abramo, 2021.

FATTORELLI, Maria Lúcia. **A dívida pública e a reforma da previdência**. Auditoria Cidadã, 2020.

FONTANEZI, Wagner Luis; FROTA, Veranice Mello da. Desconstruindo direitos: os impactos das reformas previdenciárias sobre a aposentadoria no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 11, n. 5, p. 7740–7754, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i5.19564. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/19564. Acesso em: 30 jun. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRAGA, Juliana Machado. **Previdência social pública e inclusiva**: diretrizes para fortalecer a previdência social a partir do exame das normas adotadas pela União Europeia, da perspectiva comunitarista e do princípio da solidariedade intergeracional. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2021. Disponível em: https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/3103 Acesso em: 30 jun. 2025.

HARVEY, David. **Breve história do neoliberalismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

IBGE – PNAD Contínua - **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html Acesso em: 25 jun. 2025.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 20. Ed. Rio de janeiro: Impetus, 2015.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2022.

MACHADO, Lía Zanotta. **Reformas e direitos sociais**. Revista de Políticas Públicas, 2019.

MARTINS, Ives Gandra. **Reflexões sobre a Previdência**. Revista dos Tribunais, 2019.

MARTINS, Sergio Pinto. **Reforma Previdenciária**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020.232 p.

MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada**. São Paulo: Atlas, 2022.

NUNES, Vinícius Fonseca. A Previdência Social no Brasil: história, modelo atual, conquistas e implicações sociais em caso de reforma. **Revista Científica do Curso de Direito**, [S. l.], n. 2, p. 37–51, 2019. DOI: 10.22481/rccd.v0i2.4708. 2019. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/rccd/article/view/4708. Acesso em: 30 jun. 2025.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Social**. São Paulo: Max Limonad, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da Razão Indolente**. São Paulo: Cortez, 2001.

SERAFIN, Gabriela Pietsch. **Emenda Constitucional 103/2019**: análise do processo reformador da ordem social constitucional de 1988 / Gabriela Pietsch Serafin. - 2021. 251 p. Disponível em: http://200.18.15.28/bitstream/1/9122/1/Gabriela%20Serafin.pdf Acesso em: 29 jun. 2025.

SILVA, Marcos Lúcio Cardoso da. **A política pública brasileira de Previdência Social**: uma análise jurídica sobre a austeridade adotada desde 2016 e suas consequências na proteção social. 2022. 75f. Monografia (Graduação em Direito) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/e49cffb9-c109-45b9-b962-bb3bcfceffea/content Acesso em: 20 jun. 2025

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. São Paulo: Leya, 2015.